

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS**

**GABRIEL PEREIRA ALVES CAPUCHO**

**EFEITOS DA PANDEMIA DA COVID-19 NAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS  
PRÓPRIAS NA MICRORREGIÃO DE VARGINHA/MG**

**VARGINHA/MG**

**2022**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS**

**GABRIEL PEREIRA ALVES CAPUCHO**

**EFEITOS DA PANDEMIA DA COVID-19 NAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS  
PRÓPRIAS NA MICRORREGIÃO DE VARGINHA/MG**

Trabalho de conclusão de PIEPEX apresentado ao Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Alfenas como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciência e Economia.

Orientador: Prof. Cláudio Roberto Caríssimo

**VARGINHA/MG  
2022**

## RESUMO

Em decorrência dos decretos municipais estabelecidos para frear o avanço da contaminação da população pelo vírus SARS-CoV-2/COVID-19, diversos municípios brasileiros, para esse trabalho, os da microrregião de Varginha; estabeleceram o fechamento do comércio local, suspensão de serviços considerados não-essenciais à população e o distanciamento social, como medida inicial para o enfrentamento da Covid-19. Diante desse contexto, esta pesquisa busca evidenciar os efeitos causados pela pandemia da Covid-19 nas arrecadações tributárias próprias dos municípios da Microrregião de Varginha/Mg, entre o período de 2016 a 2020. Buscou-se verificar os efeitos nas arrecadações próprias com IPTU, ITBI, ISSQN, Taxas e Contribuições de melhorias nos 16 municípios pertencentes a microrregião. A metodologia de pesquisa se embasou em uma abordagem quantitativa e de caráter descritivo. As informações utilizadas nas análises foram coletadas a partir do balanço orçamentário anual de cada município, pelos portais SICONFI e de transparência dos municípios, sendo os dados deflacionados pelo IPCA, para corrigir as distorções da inflação. Os dados da pesquisa foram divididos em duas etapas, além da utilização de técnicas de análises financeiras, tais como Análise Vertical e Horizontal. A primeira etapa, tratou de analisar a condição financeira dos municípios e a segunda etapa, as variações das arrecadações das receitas tributárias próprias. Os resultados mostraram que a maioria dos municípios mantiveram uma condição financeira que os capacitou em honrar com todas as suas despesas e obrigações. Além disso, se observou um aumento das receitas tributárias municipais destes municípios analisados, não sendo afetados, na arrecadação própria, pelos efeitos da pandemia.

**Palavras Chaves:** Covid-19; receitas tributárias próprias; condição financeira.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>5</b>
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	<b>7</b>
2.1 Covid, <i>lockdown</i> e o impacto nas receitas tributárias .....	7
2.2 Análises e condições financeiras dos municípios .....	9
<b>3 METODOLOGIA</b> .....	<b>12</b>
<b>4 ANÁLISES DOS RESULTADOS</b> .....	<b>15</b>
4.1 Condição Financeira dos Municípios da Microrregião de Varginha/MG .....	15
4.2 Análise da arrecadação tributária própria dos municípios frente a Covid-19 .....	22
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>33</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>35</b>

## 1 INTRODUÇÃO

No final de 2019 uma nova epidemia causada por um vírus (SARS-CoV-2/COVID-19) surgiu na cidade de Wuhan, na China e em poucos meses espalhou-se para o resto do mundo, sendo que por se trata de um vírus até então desconhecido pouco se sabia a respeito dele, suas reais características, causas, sintomas e grau de transmissibilidade. Nos primeiros meses de 2020 pôde ser verificado, em vários países, uma crescente taxa de disseminação e contaminação da doença denominada de Covid-19, o que levou vários países a adotarem algumas políticas de aglomerações, para reduzir o aumento de contaminação, em primeiro momento e, diante das poucas informações disponíveis a respeito do vírus ou de medicamentos e vacinas que pudessem surtir efeitos contra o vírus, as medidas adotadas foram as de reduzir o contato e a proximidade entre as pessoas. Assim, a princípio, houve uma restrição social, que visava o distanciamento social e assim suspendia toda e qualquer interação entre os indivíduos, em locais como bares, lanchonetes, restaurantes, academias e tudo que não fosse considerado como essencial.

Diante do exposto é notável que uma política de distanciamento social, em primeiro momento, se fez necessário e, que também o *lockdown*<sup>1</sup> traria impactos nas economias, ou seja, estaríamos diante de um *trade off*<sup>2</sup>. Em suma, era evidente a necessidade de plano de ação por parte dos governantes para frear o aumento de casos pela contaminação da doença Covid-19, pois, “Se o confinamento social é medida indicada para preservar mais vidas e não “colapsar” o sistema de saúde (público ou privado), essa medida por outro lado, causa uma retração trágica no panorama econômico, conseqüentemente na sobrevivência da sociedade” (SOUZA *et al.*, 2020).

Nesse contexto e decorrido um certo período de tempo surgiu a necessidade de evidenciar quais foram os efeitos na arrecadação tributária, por exemplo, dos municípios. Especificando melhor, foram realizadas buscas por trabalhos acadêmicos que investigassem os impactos nas arrecadações tributárias nos municípios da microrregião de Varginha/MG. Os trabalhos encontrados verificavam as relações entre a Covid-19 e indicadores sociais, econômicos, de saúde, distribuições geográficas da covid na Mesorregião do Sul de Minas (DOS SANTOS PORTUGAL JÚNIOR *et al.*, 2021). Outros direcionados a setores específicos, tais como varejo, no qual, Louise Silva (2020) tratou de analisar os impactos no varejo de Varginha/MG e, Santos *et al.*, (2021) os impactos no *e-commerce* no município de Itajubá/MG.

---

<sup>1</sup> *Lockdown* é a restrição de circulação de pessoas em locais públicos, apenas serviços essenciais, são permitidos.

<sup>2</sup> *Trade off* é o custo de oportunidade de uma escolha em detrimento de outra.

Assim, dessa busca, surge a seguinte questão de pesquisa: Qual o impacto da Covid-19 nas arrecadações tributárias dos municípios da microrregião de Varginha/MG?

O presente estudo busca preencher a lacuna acima evidenciada, no qual não foram encontrados trabalhos acadêmicos relacionados as arrecadações com receitas próprias e a pandemia Covid-19, ao contribuir, sob uma ótica tributária, na evidenciação dos impactos nos municípios desta região, causados pela pandemia Covid-19. Dessa forma considera-se que este estudo pode ampliar a investigação sobre os impactos deste fenômeno, assim como servir de base de consulta para os gestores municipais.

Como objetivo geral este estudo buscou verificar os impactos nas arrecadações tributárias dos municípios da microrregião de Varginha/MG. Os objetivos específicos foram analisar as arrecadações com receitas tributárias próprias com Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), Taxas e Contribuições de melhoria, com o intuito de verificar se houveram diminuições nas arrecadações tributárias dos municípios entre o período de 2016 a 2020 e se foram significativamente suficientes para impacta-los a ponto de comprometer os municípios de honrarem com suas obrigações.

A metodologia utilizada nesta pesquisa, possui abordagem quantitativa e caráter descritivo, sendo dividida em duas etapas. A primeira etapa analisou a condição financeira dos municípios da Microrregião de Varginha/MG entre os anos de 2016 a 2020, sendo que os municípios abrangidos nesta pesquisa foram Boa Esperança, Campanha, Campo do Meio, Carmo da Cachoeira, Coqueiral, Elói Mendes, Guapé, Ilicínea, Monsenhor Paulo, Santana da Vargem, São Bento Abade, São Thomé das Letras, Três Corações, Três Pontas e Varginha, a segunda etapa analisou a representatividade e as variações de cada tributo em relação ao total arrecadado com receitas tributárias próprias dos municípios pertencentes à esta microrregião, buscando verificar se os impactos ocasionados em decorrência da Covid-19 foram significativos ou não.

A justificativa de verificar os impactos da Covid-19 nas arrecadações tributárias dos municípios da Microrregião de Varginha/MG se deu por conveniência do pesquisador, não obstante sua importância para o estado de Minas Gerais e em decorrência dos decretos municipais estabelecidos de fechamento do comércio local e do distanciamento social, favorecendo assim, a princípio, um enfraquecimento da economia local e redução das atividades comerciais. Diante disso surgiu a necessidade de verificar o quanto isso impactaria os municípios em suas arrecadações com receitas tributárias próprias (IPTU, ITBI, ISSQN e

TAXAS e CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIAS) e se diminuiria a capacidade dos municípios em honrar suas obrigações e despesas.

O artigo está dividido em cinco seções. Após esta introdução, na segunda seção é apresentado o referencial teórico em que este estudo se baseia, a terceira seção apresenta a metodologia utilizada para se alcançar os objetivos propostos, além de descrever a base de dados utilizados e as técnicas de análises. Na quarta seção são analisados os dados e apresentados os principais resultados da condição financeira dos municípios e as variações nas arrecadações das receitas tributárias próprias. E por fim, na quinta seção são feitas as considerações finais.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 Covid, *lockdown* e o impacto nas receitas tributárias**

Em 2020 diante do cenário de crescente taxa de disseminação e contaminação por Covid-19, distanciamento social, fechamento do comércio e pouquíssimas informações a respeito do vírus, surgiu a necessidade de informações nos âmbitos econômicos, financeiros e sociais para mensurar e avaliar os impactos da Covid-19 e para se estabelecer as melhores estratégias no enfrentamento da pandemia. Diante disso foram empreendidos diversos estudos com a finalidade de mensurar os impactos que essa nova pandemia causaria, não só nos aspectos de saúde, sanitários e social, mas também na economia, nas arrecadações tributárias e nos gastos públicos.

Visando analisar de forma mais específica os impactos fiscais da Covid-19 em uma economia, Larson e McDonald (2020) trataram de analisar o impacto da Covid-19 no condado da Flórida (EUA), que possuía uma forte dependência das receitas provenientes de arrecadações tributárias sobre as vendas, combustíveis e turismo, as quais correspondiam a 60% do total de sua receita. O estudo baseou-se em verificar em quais cenários a queda de receitas tributárias impactaria na saúde fiscal das cidades conforme a pandemia ia perdurando. Constataram que os impactos do Covid-19 foram menores nos municípios cujas receitas não dependiam predominantemente de um único tipo de receita, sejam elas oriundas das arrecadações tributárias, contribuições, serviços, repasses governamentais ou estaduais, e que a diversificação das receitas era imprescindível na amenização do impacto financeiro.

No plano econômico o *lockdown* produziria uma desestruturação da cadeia produtiva, causando crises de abastecimento, quedas nas vendas e no consumo, aumento do desemprego e, no aspecto fiscal, aumentos das despesas públicas com aquisições de equipamentos hospitalares, insumos e medicamentos e uma redução de receitas devido a diminuição da atividade econômica (IFI, 2020; HESSEL, 2020 *apud* SOUZA; CARQUEIJA; SILVA e COSTA, 2020).

De acordo com Lima e Diniz (2016) a condição financeira é a capacidade dos governos locais em financiar seus serviços em uma base contínua, isto é, a capacidade dos governantes de manter o nível de serviços existentes e resistir a crises financeiras.

No contexto brasileiro Borges (2020) realizou estudos sobre os efeitos da pandemia nas receitas tributárias e as condições financeiras dos estados do Sudeste brasileiro (São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro) no período entre 2019 e 2020. A metodologia utilizada foi de natureza descritiva ao analisar o impacto da Covid-19 nas receitas tributárias e na condição financeira dos municípios.

Borges (2020) confrontou as receitas tributárias com as receitas totais realizadas, sendo que para verificar a condição financeira dos estados, utilizou os indicadores de condição financeira adaptados desenvolvidos por Brown (1993), para que fosse possível verificar o quanto as receitas tributárias representavam na condição dos estados. Os resultados obtidos foram que embora a pesquisa tenha utilizado uma amostragem com um curto espaço temporal, demonstrou que a pandemia já causou efeitos significativos na saúde financeira dos estados do Sudeste brasileiro. Demonstrou também que os estados não estavam preparados para uma redução das receitas tributárias e os que possuíam grande dependência destas, foram os que tiveram as condições financeiras negativas (BORGES, 2020).

Outro estudo que auxilia na compreensão dos efeitos da pandemia e seus impactos na economia mundial foi a revisão sistemática empreendida por Gomes, Leles, Kruger e Veras (2021). Com a implementação de uma série de medidas destinadas às reduções de contágio da Covid-2019 e as previsões e análises preliminares dos seus impactos na economia mundial, surgiu a necessidade de realizar uma revisão sistemática e sintetizar as evidências disponíveis dos possíveis impactos na economia mundial. Os resultados obtidos com as revisões foram de que a pandemia levou a crises sanitárias de saúde, danos econômicos, grande aumento da dívida pública, redução do consumo, queda no PIB (Produto Interno Bruto) e prejuízo às economias locais (GOMES; LELES; KRUGER; VERAS, 2021).



Em síntese, os estudos referenciados evidenciaram que os impactos do Covid-19 foram menores nos municípios em que suas receitas não dependiam predominantemente de um único tipo de fonte, apesar de se esperar que o *lockdown* produzira diminuições das receitas, do consumo, do PIB (Produto Interno Bruto) e prejuízo às economias locais. Verificou-se, nesses estudos, aumento das despesas públicas com aquisições de equipamentos e insumos hospitalares e medicamentos. Assim, observa-se em geral que os municípios considerados com boa condição financeira, são municípios que apresentam maior capacidade em financiar e manter o nível dos seus serviços existentes, além de resistir e superar crises financeiras mais facilmente.

## **2.2 Análises e condições financeiras dos municípios**

A condição financeira representa o equilíbrio entre recursos financeiros e as obrigações do ente governamental, tanto no curto quanto no longo prazo. Logo, um governo com boa condição financeira, além de manter o nível de serviços existentes, possui também capacidade de enfrentar crises financeiras e recessões locais e regionais, mantendo o equilíbrio financeiro (MILLER, 2001, *apud* LIMA & DINIZ, 2016).

Para Lima e Diniz (2016) a condição financeira pode ser mensurada através de indicadores financeiros, obtidos através das demonstrações contábeis da entidade. Buscando formas de mensurar a condição financeira e auxiliar as análises financeiras dos governos, Brown (1993) desenvolveu um modelo de mensuração através das demonstrações contábeis, baseado em dez pontos da condição financeira, as quais continham indicadores direcionados aos principais determinantes da condição financeira, tais como: receitas, despesas, estrutura de endividamento e posição operacional.

Na visão de Lima e Diniz (2016) tais indicadores servem para ter conhecimento da condição em que a entidade se encontra, sendo possível monitorar constantemente as mudanças, verificar pontos críticos de ineficiências e auxiliar na determinação de estratégias para superar possíveis crises. Para estes autores uma forma de analisar os resultados obtidos a partir dos indicadores seria através das análises horizontal, vertical e de tendência.

Dentre os diversos trabalhos que fizeram uso da análise da condição financeira e os para verificar os efeitos da pandemia Covid-19, o de Junior, Lima e Diniz (2021) verificou o quão vulnerável os municípios brasileiros estavam frente aos efeitos desta crise pandêmica. Este estudo verificou se a saúde financeira de todos os municípios brasileiros poderia ser influenciada pelo nível de vulnerabilidade aos efeitos da pandemia. Através de análise

estatística por regressão linear, Junior, Lima e Diniz (2021) elaboraram um modelo econométrico de interpolação exponencial que regrediu o Índice de Vulnerabilidade Municipal (IVM), sendo este, um índice que classifica os municípios brasileiros em relação ao seu grau de vulnerabilidade à pandemia, levando consideração a população, a economia local, estrutura do sistema de saúde, organização e capacidade fiscal da administração pública e a capacidade de pagamentos (CAPAG).

A metodologia aplicada foi uma pesquisa descritiva, predominantemente quantitativa, utilizando procedimentos estatísticos e não estatísticos. Como resultado Junior, Lima e Diniz (2021) concluíram que quanto melhores forem os índices de saúde financeira, menos vulneráveis aos efeitos da pandemia se encontravam os municípios, ou seja, quanto mais saudável financeiramente for um município, maiores suas possibilidades de se estruturar para fornecer bens e serviços à população. Além disso, torna-se claro a importância de uma boa gestão fiscal dos municípios no controle dos efeitos da pandemia (JUNIOR, LIMA, DINIZ, 2021).

Com outro viés de pesquisa, Nobre, Diniz e Araújo (2019) realizaram um estudo para identificar a relação entre a condição financeira dos municípios e o seu nível de transparência fiscal, partindo da hipótese de que quanto maior for a condição financeira, melhores serão os índices de transparência municipal. Os autores utilizaram um modelo estatístico para atestar a hipótese e para mensurar a condição financeira dos municípios. Como resultado foi confirmada a hipótese levantada, ou seja, uma boa condição financeira é um fator condicionante dos níveis de transparência fiscal dos municípios paraibanos.

Freitas e Queiroz (2019) através de um modelo de regressão verificaram a influência da condição financeira sobre os gastos com investimentos nos 26 estados brasileiros entre os anos de 2007 a 2017. Concluíram que os estados que possuíam melhores condições financeiras investiam em mais recursos de infraestrutura, enquanto reduções nesta condição resultam em corte de gastos deste item de despesa. Assim, a pesquisa demonstra a importância de os gestores conhecerem e mensurarem a condição financeira de suas instituições, para ter mais precisão nos planejamentos e investimentos públicos, e assim garantir o estímulo ao crescimento econômico.

Além de verificar a vulnerabilidade dos municípios, outros dados relevantes nas análises das receitas dos municípios após a pandemia, seria a verificação da condição financeira em que os municípios se encontravam, assim, de forma sumarizada e apresentada segundo Groves e Valente (2003, *apud* LIMA e DINIZ, 2016).

### **2.3 Receitas tributárias, contabilidade e administração públicas**

De acordo com Kohama (2016, p. 47) a “administração pública é todo o aparelhamento do Estado, preordenado à realização de seus serviços, visando à satisfação das necessidades coletivas”. Assim, os órgãos que compõem a administração direta e indireta têm o objetivo de proporcionar as necessidades básicas da população, tais como saúde, educação, assistência social e segurança, mediante o fornecimento de bens e serviços públicos (LIMA e DINIZ, 2016).

Dito isso, a própria Constituição Federal Brasileira de 1988 estabelece formas de os entes federativos obterem receitas para financiar suas atividades e de fornecerem assistências às necessidades básicas da população. De acordo com a Constituição Federal de 1988 (CF/1988), Art. 145, a União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios poderão instituir: Impostos, Taxas e Contribuições de melhorias (BRASIL, 1988) .

No âmbito municipal, a CF/88 em seu Art. 156 estabelece a competência tributária dos municípios de instituírem impostos sobre: Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) e serviços de qualquer natureza (ISSQN). Sendo essas algumas formas de arrecadações tributárias próprias dos municípios, além das taxas e contribuições (BRASIL, 1988).

Conforme Kohama (2016, p. 129) “receita pública é todo e qualquer recolhimento feito aos cofres públicos”, no qual o governo possui competência tributária para instituir tributos e arrecadá-los em virtude de leis. As receitas públicas podem ser classificadas em dois grupos: Receitas orçamentárias e Receitas extraorçamentárias, sendo a orçamentária as receitas previstas no orçamento público e consignada na Lei Orçamentária do município, podendo ser correntes (Receitas tributárias, de contribuições, patrimonial, etc.) ou de capita; e a extraorçamentária compreende as receitas não pertencentes ao orçamento do município, isto é, o município figura apenas como depositário desses valores, como por exemplo, título de cauções, fianças, consignações e depósitos para garantias.

Segundo Kohama (2016, p.136-137) “as receitas tributárias são decorrentes de cobranças de tributos pagos pelos contribuintes em razão de suas atividades, rendas, propriedades e dos benefícios diretos e imediatos recebidos do Estado”. As receitas tributárias são provenientes da arrecadação de impostos, taxas e contribuições, sendo assim, De acordo com a Lei nº 5.172 de outubro de 1996:

**Imposto:** um tributo cuja obrigação tem como fato gerador uma situação, independentemente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte. É pago coativamente, independentemente de uma contraprestação imediata e direta do Estado (BRASIL, 1996).

**Taxa:** o exercício do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição. (BRASIL, 1996).

**Contribuição de Melhoria:** é destinada a fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo do valor que a obra resultar para cada imóvel beneficiado (BRASIL, 1996).

### 3 METODOLOGIA

A presente pesquisa tem uma abordagem quantitativa e caráter descritivo, pois tem como objetivo descrever, através da coleta de informações a partir do Balanço Orçamentário Anual dos municípios, quais foram os impactos causados pela pandemia Covid-19 na arrecadação de receitas tributária dos municípios da Microrregião de Varginha.

A amostra da pesquisa abrange os 16 Municípios da Microrregião de Varginha/MG (Varginha, Três Corações, Três Pontas, Boa Esperança, Campos Gerais, Elói Mendes, Campanha, Guapé, Ilicínea, Carmo da Cachoeira, Campo do Meio, Coqueiral, Monsenhor Paulo, Santana da Vargem, São Tomé das Letras e São Bento Abade), sendo os dados destes analisados entre os anos de 2016 a 2020. A escolha pela microrregião de Varginha se deu por conveniência do pesquisador, não obstante sua importância para o estado de Minas Gerais. Varginha, o principal município, é a terceira cidade mais populosa do sul de Minas, a quarta com o maior PIB da região sul-mineira, e tem sua economia baseada na atividade agrícola, sendo a cafeicultura o grande destaque. Ademais, é considerada um dos principais centros de comércio e produção de café do Brasil e do mundo, sendo que se estima que anualmente exporte cerca de 25 milhões de sacas de café (ASCOM MINASUL, 2021).

As variáveis utilizadas nesta pesquisa foram as receitas tributárias, as receitas e despesas totais e o tamanho da população. Todos os dados das amostras foram coletados através do portal do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI) e do portal da transparência de cada município. As receitas e despesas foram coletadas em seus valores brutos, sem quaisquer deduções de transferências constitucionais aos municípios e os

valores coletados foram deflacionados pelo IPCA no período de 2017 a 2020 para corrigir as distorções da inflação.

A Análise dos dados foi dividida em duas etapas: a primeira etapa foi a realização de uma verificação da condição financeira dos municípios entre os anos de 2016 a 2020 com enfoque nas receitas tributárias próprias, pois com isso seria possível obter um comparativo entre os anos e assim verificar se houve ou não impactos significativos nas receitas tributárias dos municípios após o início da pandemia da Covid-19.

Foram utilizados na mensuração da condição financeira o modelo de Brown (1993), modelo este utilizado em pesquisas acadêmicas devido a sua facilidade de aplicação e por ter um enfoque geral das receitas. Não obstante, nesta pesquisa foi utilizado o modelo de Brown (1993) de forma adaptada, conforme Borges (2020), a fim de se obter a representatividade da receita tributária na condição financeira dos municípios da microrregião de Varginha/MG. No Quadro 1 são apresentados os indicadores da condição financeira a serem utilizados nesta pesquisa.

Quadro 1 - Indicadores de Condição Financeira Adaptados

Indicadores de Brown (1993)		Indicadores Adaptados Borges (2020)	
Receita Total ÷ População	Indica a contribuição per capita da receita total	Receita Tributária ÷ População	Indica a contribuição per capita da receita tributária
Receita Própria ÷ Total de Receitas	Indica a representatividade que a receita própria possui na receita total	Receita Tributária ÷ Receita Total	Indica a representatividade que a receita tributária possui na receita total
Receita Própria ÷ Total de Despesas	Indica a equidade das receitas e despesas totais	Receita Tributária ÷ Despesa Total	Indica a representatividade que a receita tributária possui na despesa total
		Total de Receitas ÷ Total de Despesas	Indica a equidade das receitas e despesas

Fonte: Borges (2020)

Com relação à interpretação dos índices, conforme (Quadro 1), quanto maior o indicador da Receita Tributária ÷ População (RTrib/Pop) melhor será para o município e para contribuinte, pois, indica o quanto o município arrecadou para cada contribuinte. O mesmo ocorre para a Receita Tributária ÷ Receita Total (RTrib/RT), pois, demonstra que quanto maior o valor do indicador, maior é a capacidade do município em gerar receitas próprias e de ter menos dependência de transferências financeiras provenientes de outros entes federativos. Já a Receita Tributária ÷ Despesa Total (RTrib/DT) demonstra a representatividade que a receita tributária possui em relação à despesa total; e por último o Total de Receitas ÷ Total de Despesas (RT/DT) demonstra que quanto maior o indicador, mais recursos/disponibilidades o município possui para cobrir suas despesas e obrigações.

A segunda etapa da pesquisa tratou de analisar as variações das receitas tributárias próprias de cada município no período de 2016 a 2020, tais como o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), Imposto sobre Transmissão “Inter Vivos” de Bens imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis (ITBI), Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) e as Taxas e Contribuições de Melhorias. Foram utilizadas técnicas de análises financeiras, tais como Análise Horizontal e Análise Vertical.

A Análise Horizontal permite evidenciar as variações dos impostos ao longo dos anos de 2016 a 2020 e posteriormente fazer uma comparação entre o ano-base e o ano em análise. Para o cálculo da análise horizontal foi utilizado a seguinte fórmula:

$$\Delta h = \left( \frac{y}{x} \cdot 100 \right) - 100(\%)$$

- $\Delta$  = variação horizontal percentual (%);
- x = Ano-base
- y = Ano em análise

A Análise Vertical serve para demonstrar a representatividade que cada imposto tem em relação ao total das arrecadações das receitas tributárias próprias no decorrer dos anos. Para o cálculo da análise vertical utilizou-se a fórmula a seguir:

$$AV = \frac{x}{y} \cdot 100(\%)$$

sendo:

- $AV$  = participação relativa vertical (%)
- $x$  = valor do imposto em análise no ano em análise
- $y$  = valor total das receitas tributárias no ano em análise

Em suma, ambas as análises, horizontal e vertical, tiveram como objetivos verificar os impostos mais significativos e que mais contribuíram nas arrecadações das receitas tributárias municipais e se estes sofreram variações positivas ou negativas ao longo dos anos de 2016 a 2020; e também se as receitas tributárias no ano de 2020 sofreram impactos significativos em sua arrecadação, visto que, foi o período em que a pandemia mais evoluiu e os governos decretaram isolamentos sociais e restrições de atividades e serviços não essenciais e circulações de pessoas.

## **4 ANÁLISES DOS RESULTADOS**

### **4.1 Condição Financeira dos Municípios da Microrregião de Varginha/MG**

Conforme exposto na metodologia, a análise do impacto da pandemia da Covid-19 foi dividida em duas etapas. Na primeira foi feita a verificação da condição financeira dos municípios entre os anos de 2016 a 2020 e a segunda analisou as evoluções das receitas. Os dados foram deflacionados pelo IPCA entre 2017 a 2020 para corrigir distorções pela inflação e a verificação da condição financeira foi segregada por tipos de indicadores, conforme a Tabela 1.

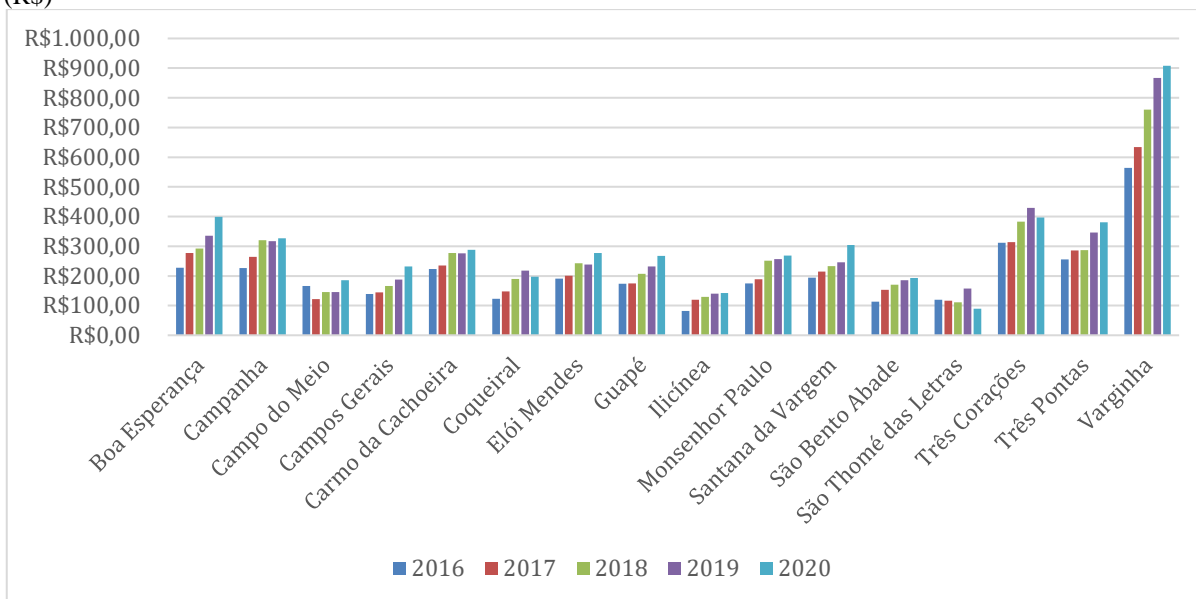
Tabela 1 - RTrib/Pop - Receita tributária per capita dos municípios da microrregião de Varginha nos anos de 2016 a 2020 (R\$)

Municípios	2016	2017	2018	2019	2020
Boa Esperança	R\$ 227,30	R\$ 277,24	R\$ 292,59	R\$ 335,21	R\$ 399,20
Campanha	R\$ 226,84	R\$ 263,70	R\$ 320,33	R\$ 316,54	R\$ 326,42
Campo do Meio	R\$ 166,04	R\$ 122,25	R\$ 145,09	R\$ 145,51	R\$ 185,86
Campos Gerais	R\$ 139,45	R\$ 144,87	R\$ 166,19	R\$ 187,35	R\$ 231,79
Carmo da Cachoeira	R\$ 223,13	R\$ 235,13	R\$ 276,76	R\$ 275,65	R\$ 287,39
Coqueiral	R\$ 123,25	R\$ 147,80	R\$ 189,71	R\$ 217,61	R\$ 197,73
Elói Mendes	R\$ 190,79	R\$ 200,82	R\$ 242,42	R\$ 238,75	R\$ 277,65
Guapé	R\$ 173,86	R\$ 175,13	R\$ 207,18	R\$ 231,62	R\$ 266,97
Ilicínea	R\$ 82,34	R\$ 119,69	R\$ 129,42	R\$ 140,55	R\$ 142,49
Monsenhor Paulo	R\$ 174,23	R\$ 188,26	R\$ 251,49	R\$ 256,91	R\$ 268,14
Santana da Vargem	R\$ 194,31	R\$ 214,27	R\$ 232,87	R\$ 245,46	R\$ 304,22
São Bento Abade	R\$ 112,73	R\$ 153,10	R\$ 170,70	R\$ 185,58	R\$ 192,93
São Thomé das Letras	R\$ 119,86	R\$ 116,68	R\$ 111,09	R\$ 157,55	R\$ 89,19
Três Corações	R\$ 311,52	R\$ 313,58	R\$ 382,72	R\$ 429,68	R\$ 396,66
Três Pontas	R\$ 255,91	R\$ 285,60	R\$ 286,99	R\$ 345,71	R\$ 380,15
Varginha	R\$ 563,70	R\$ 634,36	R\$ 759,84	R\$ 867,36	R\$ 908,06

Fonte: Elaboração Própria. Fonte dos dados: SICONFI, 2021.

Como forma de evidenciar as evoluções dos percentuais das receitas tributárias per capita dos municípios da microrregião de Varginha, na sequência é apresentada o Gráfico 1.

Gráfico 1 - Receitas tributárias per capita dos municípios da microrregião de Varginha nos anos de 2016 a 2020 (R\$)



Fonte: Elaborado pelo Autor (2021).

Podemos observar, ao analisar a  $R\text{Trib} \div \text{População}$  representada na Tabela 1 e no Gráfico 1 que em 2020 a evolução da receita per capita de quase todos os municípios da



microrregião de Varginha tiveram um aumento da contribuição per capita, com exceção, apenas, de São Thomé das Letras, Coqueiral e Três Corações. Ou seja, os municípios conseguiram aumentar o quanto arrecadaram para cada contribuinte, o que é algo muito positivo, pois esse valor pode ser convertido em benefícios e melhores qualidades de serviços prestados para o contribuinte.

Embora os municípios tenham decretado o *lockdown*, distanciamento social e restrições dos serviços considerados não-essenciais, ainda assim, as receitas próprias médias dos municípios da Microrregião de Varginha, entre os anos de 2016 a 2020, conforme dados apresentados na Tabela 1 e no Gráfico 1, não caíram. Em 2020, o município de Varginha teve o melhor desempenho, atingindo R\$ 908,06 per capita e São Thomé das Letras como o mais afetado, atingindo R\$ 89,19, sendo que, este valor sofreu uma redução de 43,39% em relação a 2019. Ao buscar em portais de notícias, constatou-se que São Thomé das Letras, por ser dependente do turismo como uma das suas principais atividades econômicas, na pandemia foi decretado o fechamento da cidade para turistas durante seis meses ininterruptos no ano de 2020, o que explicaria tal desempenho apresentado (DOURADO, 2020).

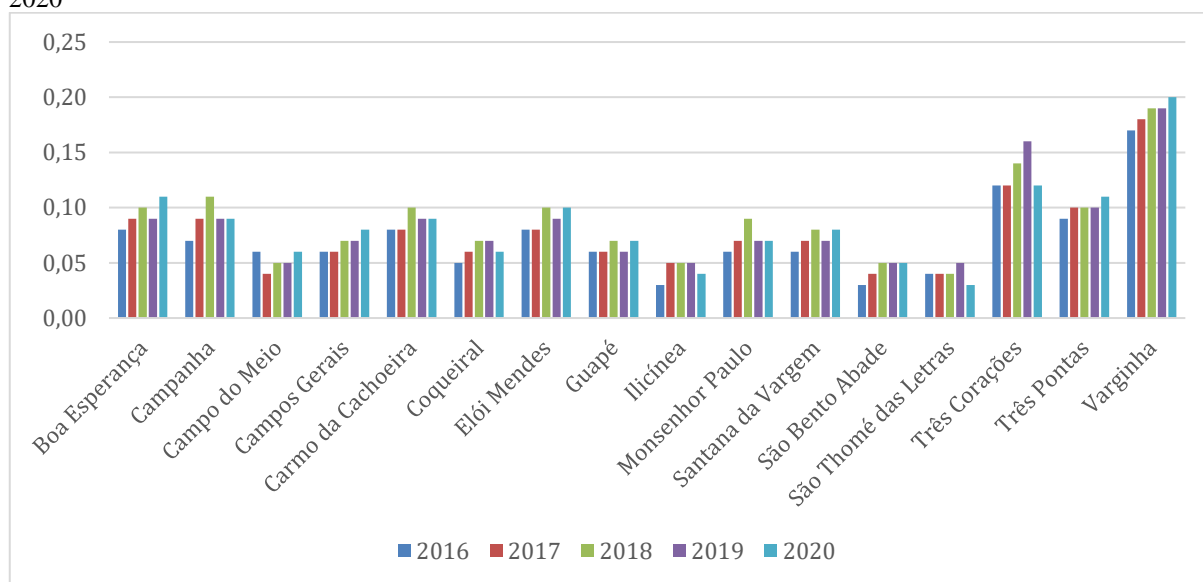
Tabela 2 - RTrib/RT - Percentual das receitas tributárias na RT dos municípios da microrregião de Varginha nos anos de 2016 a 2020

<b>Municípios</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>
Boa Esperança	0,08	0,09	0,10	0,09	0,11
Campanha	0,07	0,09	0,11	0,09	0,09
Campo do Meio	0,06	0,04	0,05	0,05	0,06
Campos Gerais	0,06	0,06	0,07	0,07	0,08
Carmo da Cachoeira	0,08	0,08	0,10	0,09	0,09
Coqueiral	0,05	0,06	0,07	0,07	0,06
Elói Mendes	0,08	0,08	0,10	0,09	0,10
Guapé	0,06	0,06	0,07	0,06	0,07
Ilicínea	0,03	0,05	0,05	0,05	0,04
Monsenhor Paulo	0,06	0,07	0,09	0,07	0,07
Santana da Vargem	0,06	0,07	0,08	0,07	0,08
São Bento Abade	0,03	0,04	0,05	0,05	0,05
São Thomé das Letras	0,04	0,04	0,04	0,05	0,03
Três Corações	0,12	0,12	0,14	0,16	0,12
Três Pontas	0,09	0,10	0,10	0,10	0,11
Varginha	0,17	0,18	0,19	0,19	0,20

Fonte: Elaboração Própria. Fonte dos dados: SICONFI, 2021.

O indicador do percentual das receitas tributárias na receita total (RTrib/RT), evidencia a capacidade dos municípios da microrregião de Varginha/MG na geração de receitas tributárias próprias, quanto maior o valor do indicador menos dependência de recursos governamentais e maior capacidade de geração receita tributária própria o município tem.

Gráfico 2 - Receitas tributárias por receita total dos municípios da microrregião de Varginha nos anos de 2016 a 2020



Fonte: Elaborado pelo Autor (2021).

Ao analisar a representatividade das receitas tributárias frente a receita total, conforme Tabela 2 e Gráfico 2 podemos verificar que mesmo os municípios tendo aumentos nos indicadores no ano de 2020, eles ainda não possuem muita capacidade de geração de receitas próprias, ou seja, em sua maioria são muito dependentes de transferências financeiras provenientes do estado de Minas Gerais e do Governo Federal, na manutenção de seus serviços e assistência para a população. No ano de 2020 o município com o maior indicador foi o de Varginha com 20,00% e o menor com 3,00% foi São Tomé das Letras.

Tabela 3 - RT/DT – Total das receitas sobre o total das despesas dos municípios da microrregião de Varginha nos anos de 2016 a 2020

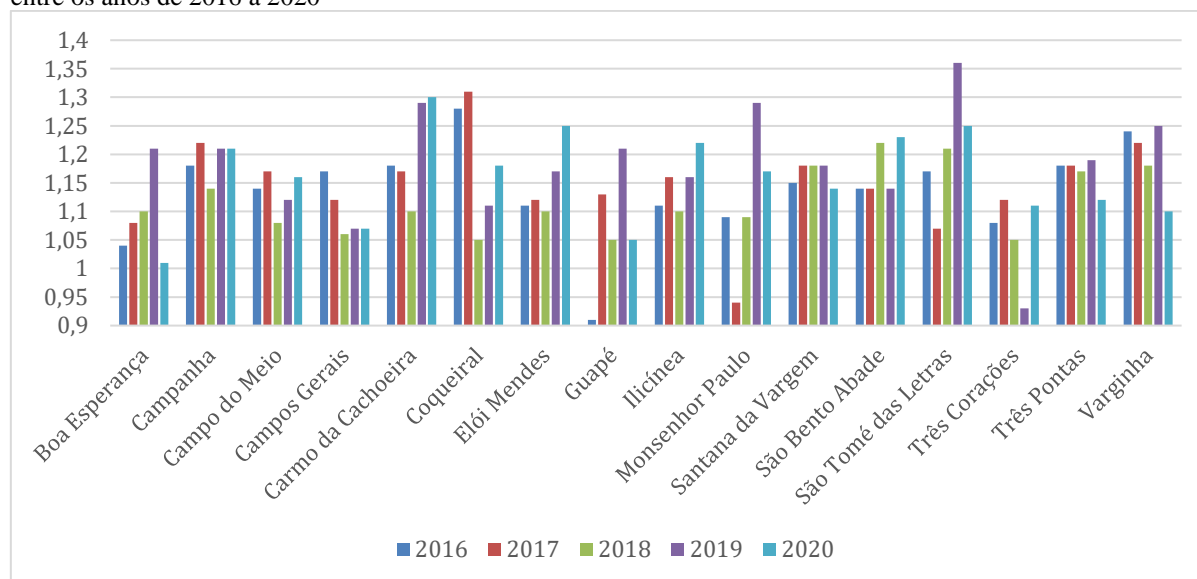
Municípios	2016	2017	2018	2019	2020
Boa Esperança	1,04	1,08	1,10	1,21	1,01
Campanha	1,18	1,22	1,14	1,21	1,21
Campo do Meio	1,14	1,17	1,08	1,12	1,16
Campos Gerais	1,17	1,12	1,06	1,07	1,07
Carmo da Cachoeira	1,18	1,17	1,10	1,29	1,30
Coqueiral	1,28	1,31	1,05	1,11	1,18
Elói Mendes	1,11	1,12	1,10	1,17	1,25

Guapé	0,91	1,13	1,05	1,21	1,05
Ilicínea	1,11	1,16	1,10	1,16	1,22
Monsenhor Paulo	1,09	0,94	1,09	1,29	1,17
Santana da Vargem	1,15	1,18	1,18	1,18	1,14
São Bento Abade	1,14	1,14	1,22	1,14	1,23
São Tomé das Letras	1,17	1,07	1,21	1,36	1,25
Três Corações	1,08	1,12	1,05	0,93	1,11
Três Pontas	1,18	1,18	1,17	1,19	1,12
Varginha	1,24	1,22	1,18	1,25	1,10

Fonte: Elaboração Própria. Fonte dos dados: SICONFI, 2021.

O indicador RT/DT significa que quanto maior o valor do indicador, melhor é, pois, demonstra que as receitas superaram as despesas, valores acima de 1.0, significa que os municípios obtiveram receitas superiores às despesas e valores abaixo de 1.0, despesas maiores que as receitas.

Gráfico 3 - Evolução do total das receitas sobre o total de despesa dos municípios da microrregião de Varginha entre os anos de 2016 a 2020



Fonte: Elaborado pelo Autor (2021).

Ao realizar o confronto entre as receitas totais e despesas totais a partir da Tabela 3 e do Gráfico 3, podemos concluir que as variações ao longo dos anos de 2016 a 2020 seguiram na média, sendo que em 2020 o município com o maior indicador foi o de Carmo da Cachoeira com 1,2969 e o menor foi de Boa Esperança com 1,0113. Três corações em 2019 obteve um indicador de 0,93, o que pode significar que neste ano as receitas arrecadadas não foram suficientes para cobrir as despesas do município. As maiores variações ao longo dos anos foram

dos indicadores dos seguintes municípios: Elói Mendes, Carmo da Cachoeira, Campanha, Ilicínea e São Thomé das Letras, sendo que essas variações positivas demonstram uma melhora na saúde financeira dos municípios.

Em 2020 podemos observar também que apesar da crise sanitária, da restrição do comércio, distanciamento social e *lockdown*, todos os municípios analisados apresentaram receitas maiores que suas despesas. O motivo decorre dos repasses governamentais para o enfrentamento da pandemia. Segundo Martello e Mazui (2020) o governo federal anunciou pacote de R\$ 85,8 bilhões para os estados e municípios, sendo que desse total, especificamente, R\$ 8 bilhões seriam transferidos para gastos em saúde, R\$ 16 bilhões para recomposição de fundos de participação de estados e municípios e R\$ 2 bilhões para assistência social.

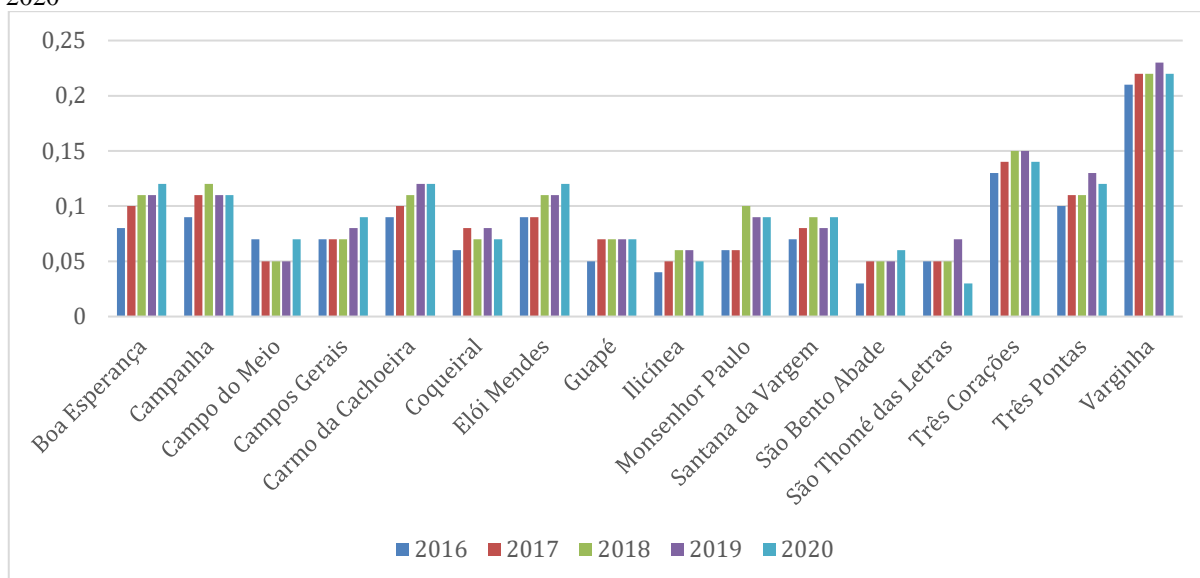
Tabela 4 - Percentual das receitas tributárias na DT dos municípios da microrregião de Varginha nos anos de 2016 a 2020

<b>Municípios</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>
Boa Esperança	0,08	0,10	0,11	0,11	0,12
Campanha	0,09	0,11	0,12	0,11	0,11
Campo do Meio	0,07	0,05	0,05	0,05	0,07
Campos Gerais	0,07	0,07	0,07	0,08	0,09
Carmo da Cachoeira	0,09	0,10	0,11	0,12	0,12
Coqueiral	0,06	0,08	0,07	0,08	0,07
Elói Mendes	0,09	0,09	0,11	0,11	0,12
Guapé	0,05	0,07	0,07	0,07	0,07
Ilicínea	0,04	0,05	0,06	0,06	0,05
Monsenhor Paulo	0,06	0,06	0,10	0,09	0,09
Santana da Vargem	0,07	0,08	0,09	0,08	0,09
São Bento Abade	0,03	0,05	0,05	0,05	0,06
São Thomé das Letras	0,05	0,05	0,05	0,07	0,03
Três Corações	0,13	0,14	0,15	0,15	0,14
Três Pontas	0,10	0,11	0,11	0,13	0,12
Varginha	0,21	0,22	0,22	0,23	0,22

Fonte: Elaboração Própria. Fonte dos dados: SICONFI, 2021.

Ao analisarmos a Tabela 4, é possível observar que as receitas tributárias próprias dos municípios da microrregião de Varginha/MG possuem pouca expressividade na despesa total. Como forma de evidenciar as evoluções dos percentuais das receitas tributárias na despesa total dos municípios da microrregião de Varginha, na sequência é apresentada o Gráfico 4.

Gráfico 4 - Receitas tributárias por despesa total dos municípios da microrregião de Varginha nos anos de 2016 a 2020



Fonte: Elaborado pelo Autor (2021).

Ao analisarmos a Receita Tributária ÷ Despesa Total a partir da Tabela 4 e Gráfico 4, é possível concluir que os indicadores desses municípios não tiveram variações expressivas de participação da receita tributária na despesa total, muitos se mantendo na média ao longo dos anos de 2016 a 2020. No entanto, o município que teve a maior redução de 2019 para 2020 foi São Thomé das Letras, tendo uma redução de 4% de suas receitas tributárias na despesa total, conforme dados presentes na Tabela 4 e Gráfico 4.

Tabela 5 - Análise horizontal (AH) das receitas próprias entre 2016 a 2020 (R\$)

Municípios	2016	AH	2017	AH	2018	AH	2019	AH	2020	AH
Varginha	65.342.029,67	100	74.442.520,00	13,9	90.572.361,53	38,6	102.939.243,44	57,5	106.554.268,51	63,1
Três Corações	20.600.535,86	100	21.226.420,11	3	26.690.828,92	29,6	28.637.710,95	39	24.803.200,56	20,4
Três Pontas	11.736.520,26	100	12.677.774,03	8	12.618.404,64	7,5	15.579.139,59	32,7	17.272.798,59	47,2
Boa Esperança	7.686.440,00	100	9.183.846,16	19,5	10.567.548,30	37,5	11.767.196,02	53,1	13.755.277,41	79
Campos Gerais	3.265.120,09	100	3.650.448,54	11,8	4.112.225,52	25,9	4.737.215,27	45,1	5.287.905,97	62
Elói Mendes	4.130.596,78	100	4.491.306,34	8,7	5.878.089,73	42,3	5.673.210,73	37,3	7.008.019,45	69,7
Campanha	3.162.010,90	100	3.751.600,07	18,6	4.452.106,15	40,8	4.519.015,52	42,9	4.575.333,12	44,7
Guapé	1.741.080,79	100	1.734.635,85	-0,4	2.284.624,42	31,2	2.549.347,38	46,4	2.912.462,95	67,3
Ilicínea	895.947,83	100	874.237,67	-2,4	1.197.650,33	33,7	1.389.437,88	55,1	1.298.062,65	44,9
Carmo da C.	2.476.360,89	100	2.622.104,24	5,9	2.798.771,29	13	3.105.357,15	25,4	3.159.283,93	27,6
Campo do M.	949.456,15	100	1.120.396,87	18	1.380.551,00	45,4	1.364.711,77	43,7	1.850.174,91	94,9
Coqueiral	891.363,23	100	1.367.016,58	53,4	1.579.457,41	77,2	1.743.450,38	95,6	1.461.706,59	64
Monsenhor P.	1.223.857,95	100	1.447.292,11	18,3	1.930.465,17	57,7	2.000.526,27	63,5	2.060.975,42	68,4

Santana da V.	1.198.276,75	100	1.243.153,80	3,7	1.412.297,64	17,9	1.447.075,43	20,8	1.856.568,60	54,9
São Thomé	531.643,70	100	706.513,32	32,9	693.890,46	30,5	977.148,62	83,8	499.198,11	-6,1
São Bento A.	312.026,88	100	453.716,16	45,4	526.651,52	68,8	599.243,52	92	605.386,66	94

Fonte: Elaboração Própria. Fonte dos dados: SICONFI, 2021.

Ao realizar uma análise horizontal das receitas próprias entre 2016 a 2020, conforme Tabela 5, os números apresentados demonstram um crescimento nas arrecadações próprias dos municípios da microrregião de Varginha. Os municípios de São Bento Abade e Campo do Meio foram os que tiveram maior taxa de crescimento real entre os últimos cinco anos (de 2016 a 2020), com 94% e 94,90%, respectivamente e, os com piores desempenhos foram São Thomé das Letras e Três Corações com -6,10% e 20,40%. São Thomé que no ano de 2019 obteve o maior crescimento desde 2016 (R\$ 977.148,62), em 2020, teve suas arrecadações reduzidas em mais de 50% em relação ao ano anterior.

#### 4.2 Análise da arrecadação tributária própria dos municípios frente a Covid-19

A segunda etapa da pesquisa, conforme exposto na metodologia, foi verificar as variações negativas ou positivas, utilizando as análises horizontal e vertical, das arrecadações de receitas tributárias próprias dos municípios ao longo dos anos de 2016 a 2020. Os resultados obtidos seguem abaixo. O padrão será a apresentação de duas tabelas consecutivas, sendo a primeira apresentando as receitas próprias por tipos de tributos e o valor monetário. A segunda tabela apresenta as análises vertical e horizontal das variáveis constantes na primeira tabela.

Tabela 5 - Evolução das receitas, análise vertical e horizontal do município de Varginha

RECEITAS	2016		2017		2018		2019		2020	
<b>Evolução das receitas</b>										
IPTU	22.442.250,81		28.606.885,10		35.692.069,00		43.704.979,54		47.454.657,67	
ITBI	7.237.886,12		7.945.249,03		9.222.093,11		11.077.033,09		9.152.008,60	
ISS	31.735.902,12		34.507.736,36		40.288.928,85		42.706.058,52		43.884.706,16	
TAXAS	3.925.990,62		3.382.649,51		5.369.270,57		5.451.172,29		6.062.896,08	
CONTRIB	0,00		0,00		0,00		0,00		0,00	
TOTAL	65.342.029,67		74.442.520,00		90.572.361,53		102.939.243,44		106.554.268,51	
<b>Análise vertical e Horizontal</b>										
	2016		2017		2018		2019		2020	
RECEITAS	AV	AH	AV	AH	AV	AH	AV	AH	AV	AH
IPTU	34,35	100	38,43	27,47	39,39	59,04	42,46	94,74	44,54	111,45

ITBI	11,08	100	10,67	9,77	10,18	27,41	10,76	53,04	8,54	26,45
ISS	48,57	100	46,35	8,73	44,47	26,95	41,49	34,57	41,19	38,28
TAXAS	6,01	100	4,54	-13,84	5,93	36,76	5,30	38,85	5,69	54,43
CONTRIB	0,00	100	0,00	0,00	0,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Elaboração Própria. Fonte dos dados: SICONFI, 2021.

Ao analisar a Tabelas 5, evidencia-se que o município de Varginha entre 2016 e 2020 teve um aumento de 111,45% de arrecadação com IPTU. Em 2020 suas maiores receitas foram provenientes de arrecadação com IPTU e ISSQ, com valores de R\$ 47.454.657,67 e R\$ 43.884.706,16, respectivamente, sendo que o IPTU e o ISS corresponderam juntos a 85,73% de toda receita tributária própria do município. Em 2020 Varginha obteve um aumento total em suas receitas tributárias próprias de R\$ 3.615.025,07 em relação ao ano anterior, embora tenha sofrido uma redução com a arrecadação do ITBI de R\$1.925.024,49, no mesmo período.

Outro ponto a se destacar são os esforços do município de Varginha no aumento da arrecadação com IPTU, visto que em cinco anos a arrecadação evoluiu de R\$ 22.442.250,81 para 47.454.657,67.

Tabela 6 - Evolução das receitas, análise vertical e horizontal do município de Três Corações

RECEITAS	2016		2017		2018		2019		2020	
<b>Evolução das receitas</b>										
IPTU	7.745.626,86		8.394.854,69		10.872.541,52		13.139.316,82		11.292.480,67	
ITBI	2.243.182,80		1.941.477,84		2.131.229,76		2.608.174,85		2.302.077,85	
ISS	9.447.286,10		10.101.895,64		11.801.128,73		10.879.921,92		9.775.603,80	
TAXAS	1.164.440,10		788.191,94		1.885.928,91		2.010.297,36		1.433.038,24	
CONTRIB	0,00		0,00		0,00		0,00		0,00	
TOTAL	20.600.535,86		21.226.420,11		26.690.828,92		28.637.710,95		24.803.200,56	
<b>Análise vertical e Horizontal</b>										
	2016		2017		2018		2019		2020	
RECEITAS	AV	AH	AV	AH	AV	AH	AV	AH	AV	AH
IPTU	37,60	100	39,55	8,38	40,74	40,37	45,88	69,64	45,53	45,79
ITBI	10,89	100	9,15	-13,45	7,98	-4,99	9,11	16,27	9,28	2,63
ISS	45,86	100	47,59	6,93	44,21	24,92	37,99	15,16	39,41	3,48
TAXAS	5,65	100	3,71	-32,31	7,07	61,96	7,02	72,64	5,78	23,07
CONTRIB	0,00	100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Elaboração Própria. Fonte dos dados: SICONFI, 2021.

Conforme dados presentes na Tabela 6, o município de Três Corações, em 2020, teve uma redução de R\$ 1.846.836,15 de arrecadação com IPTU, de R\$306.097,00 de ITBI, R\$1.104.318,12 de ISSQN e R\$ 577.259,12 de Taxas, totalizando uma redução R\$

3.834.510,37 em comparação a arrecadação total anual de 2019. Ao analisar os resultados podemos concluir que o município de Três Corações, em certo nível, foi impactado negativamente pela pandemia em suas arrecadações ao comparar o período entre 2016 a 2020, embora, apresentou evoluções nas arrecadações com IPTU de 45,79% e Taxas de 23,07% nos últimos cinco anos.

Tabela 7 - Evolução das receitas, análise vertical e horizontal do município de Três Pontas

RECEITAS	2016		2017		2018		2019		2020	
<b>Evolução das receitas</b>										
IPTU	5.879.339,34		6.194.427,47		6.100.960,29		8.241.159,61		8.095.712,92	
ITBI	2.004.384,29		2.386.189,09		2.294.337,96		2.582.998,73		3.361.648,11	
ISS	3.150.820,00		3.313.599,87		3.385.093,97		3.697.557,03		4.818.714,02	
TAXAS	701.976,63		783.557,60		838.012,42		1.057.424,22		996.723,54	
CONTRIB	0,00		0,00		0,00		0,00		0,00	
TOTAL	11.736.520,26		12.677.774,03		12.618.404,64		15.579.139,59		17.272.798,59	
<b>Análise vertical e Horizontal</b>										
RECEITAS	2016		2017		2018		2019		2020	
	AV	AH	AV	AH	AV	AH	AV	AH	AV	AH
IPTU	50,09	100	48,86	5,36	48,35	3,77	52,90	40,17	46,87	37,70
ITBI	17,08	100	18,82	19,05	18,18	14,47	16,58	28,87	19,46	67,71
ISS	26,85	100	26,14	5,17	26,83	7,44	23,73	17,35	27,90	52,94
TAXAS	5,98	100	6,18	11,62	6,64	19,38	6,79	50,64	5,77	41,99
CONTRIB	0,00	100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Elaboração Própria. Fonte dos dados: SICONFI, 2021.

O município de Três Pontas, conforme Tabela 7, teve um aumento em suas receitas tributárias, no período analisado entre 2016 e 2020, de 67,71% de ITBI, 52,94% de ISSQN e 41,99% de Taxas. As maiores fontes de arrecadação no ano de 2020 foram de IPTU e ISSQN, com R\$ 8.095.712,92 e R\$ 4.818.714,02, respectivamente. Em 2020 o município obteve um aumento em sua arrecadação tributária total de R\$ 1.693.659,00 em relação ao ano anterior.

Tabela 8 - Evolução das receitas, análise vertical e horizontal do município de Boa Esperança

RECEITAS	2016		2017		2018		2019		2020	
<b>Evolução das receitas(R\$)</b>										
IPTU	2.429.515,02		2.610.248,77		3.845.301,19		5.318.116,32		6.022.420,88	
ITBI	1.414.187,06		1.735.936,92		1.439.330,66		1.575.617,26		2.495.772,88	
ISS	2.496.548,83		2.950.131,11		3.228.191,98		3.741.998,43		4.150.847,54	
TAXAS	1.346.189,09		1.887.529,36		2.051.889,75		1.127.695,70		1.083.275,86	



CONTRIB	0,00	0,00	2834,72	3768,31	2960,25
TOTAL	7.686.440,00	9.183.846,16	10.567.548,30	11.767.196,02	13.755.277,41

**Análise vertical e Horizontal (%)**

	2016		2017		2018		2019		2020	
RECEITAS	AV	AH	AV	AH	AV	AH	AV	AH	AV	AH
IPTU	31,61	100	28,42	7,44	36,39	58,27	45,19	118,90	43,78	147,89
ITBI	18,40	100	18,90	22,75	13,62	1,78	13,39	11,42	18,14	76,48
ISS	32,48	100	32,12	18,17	30,55	29,31	31,80	49,89	30,18	66,26
TAXAS	17,51	100	20,55	40,21	19,42	52,42	9,58	-16,23	7,88	-19,53
CONTRIB	0,00	100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,00	0,00	0,00

Fonte: Elaboração Própria. Fonte dos dados: SICONFI, 2021.

Conforme dados presentes na Tabela 8, em 2020, as maiores fontes de arrecadação de receitas tributárias próprias de Boa Esperança foram as com IPTU e ISSQN, R\$ 6.022.420,88 e R\$ 4.150.847,54, respectivamente. Entre 2019 e 2020 o município teve um aumento de R\$1.988.081,39 entre suas receitas totais tributárias. Obteve também um crescimento real de 147,89% de IPTU, 76,48% de ITBI, 66,26% de ISS e -19,53% de Taxas, ao longo dos anos entre 2016 e 2020.

Tabela 9 - Evolução das receitas, análise vertical e horizontal do município de Campos Gerais

RECEITAS	2016		2017		2018		2019		2020	
<b>Evolução das receitas(R\$)</b>										
IPTU	634.838,42		683.381,33		924.991,48		887.671,48		921.045,02	
ITBI	1.013.062,57		1.409.763,27		1.419.741,80		1.193.505,27		1.496.566,56	
ISS	847.659,14		850.001,97		886.122,50		972.213,57		980.473,38	
TAXAS	769.559,96		707.301,97		879.642,69		1.683.008,50		1.888.449,47	
CONTRIB	0,00		0,00		1727,05		816,45		1371,54	
TOTAL	3.265.120,09		3.650.448,54		4.112.225,52		4.737.215,27		5.287.905,97	
<b>Análise vertical e Horizontal (%)</b>										
	2016		2017		2018		2019		2020	
RECEITAS	AV	AH	AV	AH	AV	AH	AV	AH	AV	AH
IPTU	19,44	100	19,00	7,65	22,00	45,71	19,00	39,83	17,00	45,08
ITBI	31,03	100	39,00	39,16	35,00	40,14	25,00	17,81	28,00	47,73
ISS	25,96	100	23,00	0,28	22,00	4,54	21,00	14,69	19,00	15,67
TAXAS	23,57	100	19,00	-8,09	21,00	14,30	35,00	118,70	36,00	145,39
CONTRIB	0,00	100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Elaboração Própria. Fonte dos dados: SICONFI, 2021.

Diferentemente dos outros municípios analisados até o momento, em que suas maiores fontes de arrecadação foram provenientes de IPTU e ISSQN, o município de Campos Gerais possuía como maior fonte de arrecadação tributária as receitas provenientes de Taxas de serviços e do Poder de Polícia do município, conforme dados da Tabela 9. Em 2020 resultou em uma arrecadação de R\$ 1.888.449,47 e totalizando um aumento de 145,39% desde 2016 até 2020, seguidos de ITBI com R\$ 1.496.566,56 e IPTU com 921.045,02. Ao analisarmos os anos de 2019 e 2020, podemos observar um aumento de R\$ 550.690,70 nas arrecadações totais tributárias.

Tabela 10 - Evolução das receitas, análise vertical e horizontal do município de Elói Mendes

RECEITAS	2016		2017		2018		2019		2020	
<b>Evolução das receitas(R\$)</b>										
IPTU	1.252.846,26		1.467.643,82		2.301.325,67		2.088.557,15		2.310.095,62	
ITBI	1.077.765,65		1.083.298,24		1.085.814,04		879.659,38		1.534.574,98	
ISS	1.565.664,97		1.691.497,72		2.074.858,15		2.280.695,37		2.708.229,32	
TAXAS	234.319,90		248.866,56		416.091,87		415.413,88		451.532,75	
CONTRIB	0,00		0,00		0,00		8884,95		3586,78	
TOTAL	4.130.596,78		4.491.306,34		5.878.089,73		5.673.210,73		7.008.019,45	
<b>Análise vertical e Horizontal (%)</b>										
RECEITAS	2016		2017		2018		2019		2020	
	AV	AH	AV	AH	AV	AH	AV	AH	AV	AH
IPTU	30,33	100	32,68	17,14	39,00	83,69	36,81	66,70	32,96	84,39
ITBI	26,09	100	24,12	0,51	18,40	0,75	15,51	-18,38	21,90	42,38
ISS	37,90	100	37,66	8,04	35,16	32,52	40,20	45,67	38,64	72,98
TAXAS	5,67	100	5,54	6,21	7,05	77,57	7,32	77,28	6,44	92,70
CONTRIB	0,00	100	0,00	0,00	0,40	0,00	0,16	0,00	0,05	0,00

Fonte: Elaboração Própria. Fonte dos dados: SICONFI, 2021.

O município de Elói Mendes entre os anos de 2019 e 2020 teve um aumento total em suas receitas de R\$ 1.334.808,72, conforme dados presentes na Tabela 10. As maiores fontes de receitas em 2020 foram provenientes da arrecadação de R\$ 2.708.229,32 de ISSQN seguidos de R\$ 2.310.095,62 de IPTU, de forma que a soma destes corresponderam a 71,60% do total arrecadado. Entre 2016 a 2020 o município teve uma evolução de 92,70% de Taxas, 84,39% de IPTU e 72,98% de ISSQN.

Tabela 11 - Evolução das receitas, análise vertical e horizontal do município de Campanha

RECEITAS	2016		2017		2018		2019		2020	
<b>Evolução das receitas(R\$)</b>										
IPTU	1.128.039,88		1.226.694,97		1.583.689,46		1.668.175,78		1.725.524,57	
ITBI	494.960,78		447.767,86		638.649,48		682.463,48		913.184,63	
ISS	1.341.931,36		1.864.445,47		1.987.333,28		1.940.891,76		1.702.415,02	
TAXAS	197.078,88		212.691,77		242.433,93		227.484,50		234.208,90	
CONTRIB	0,00		0,00		0,00		0,00		0,00	
TOTAL	3.162.010,90		3.751.600,07		4.452.106,15		4.519.015,52		4.575.333,12	
<b>Análise vertical e Horizontal (%)</b>										
	2016		2017		2018		2019		2020	
RECEITAS	AV	AH	AV	AH	AV	AH	AV	AH	AV	AH
IPTU	35,67	100	32,70	8,75	35,57	40,39	36,91	47,88	37,71	52,97
ITBI	15,65	100	11,94	-9,53	14,34	29,03	15,10	37,88	19,96	84,50
ISS	42,44	100	49,70	38,94	44,64	48,10	42,95	44,63	37,21	26,86
TAXAS	6,23	100	5,67	7,92	5,45	23,01	5,03	15,43	5,12	18,84
CONTRIB	0,00	100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Elaboração Própria. Fonte dos dados: SICONFI, 2021.

Conforme dados presentes na Tabela 11, em 2020, as maiores fontes de receitas tributárias arrecadadas no município de Campanha foram provenientes também de IPTU e ISSQN com R\$ 1.725.524,57 e R\$ 1.702.415,02, respectivamente. Entre os anos de 2016 a 2020 o ITBI foi o que teve um aumento mais significativo de 84,50%. Entre 2019 e 2020 o município teve um aumento de R\$ 56.317,60 em suas receitas totais, por mais que a arrecadação do ISS tenha sido menor que no ano anterior.

Tabela 12 - Evolução das receitas, análise vertical e horizontal do município de Guapé

RECEITAS	2016		2017		2018		2019		2020	
<b>Evolução das receitas(R\$)</b>										
IPTU	332.102,03		392.769,05		785.450,03		874.216,73		960.003,25	
ITBI	696.770,46		585.580,96		679.490,01		571.104,43		664.889,39	
ISS	499.036,49		561.817,82		628.639,87		776.088,69		858.627,53	
TAXAS	213.171,81		194.468,02		191.044,51		327.937,53		428.942,78	
CONTRIB	0,00		0,00		0,00		0,00		0,00	
TOTAL	1.741.080,79		1.734.635,85		2.284.624,42		2.549.347,38		2.912.462,95	
<b>Análise vertical e Horizontal (%)</b>										
	2016		2017		2018		2019		2020	
RECEITAS	AV	AH	AV	AH	AV	AH	AV	AH	AV	AH
IPTU	19,07	100	22,64	18,27	34,38	136,51	34,29	163,24	32,96	189,07
ITBI	40,02	100	33,76	-15,96	29,74	-2,48	22,40	-18,04	22,83	-4,58
ISS	28,66	100	32,39	12,58	27,52	25,97	30,44	55,52	29,48	72,06
TAXAS	12,24	100	11,21	-8,77	8,36	-10,38	12,86	53,84	14,73	101,22

CONTRIB	0,00	100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
---------	------	-----	------	------	------	------	------	------	------	------

Fonte: Elaboração Própria. Fonte dos dados: SICONFI, 2021.

O município de Guapé quase triplicou suas receitas com arrecadação de IPTU entre os anos de 2016 e 2020, chegando a um crescimento de 189,07%, conforme dados presentes na Tabela 12. Entre 2019 e 2020 Guapé teve um aumento em sua receita tributária de R\$363.115,57, sendo que o IPTU em 2020 foi sua maior fonte de receita tributária com R\$ 960.003,25 reais. Além disso, Guapé obteve variações positivas em todas as suas fontes de receitas tributárias, o que demonstra pouco impacto da Covid-19 frente às suas arrecadações.

Tabela 13 - Evolução das receitas, análise vertical e horizontal do município de Ilícinea

RECEITAS	2016		2017		2018		2019		2020	
<b>Evolução das receitas(R\$)</b>										
IPTU	140.891,04		170.372,01		313.893,58		363.963,03		386.370,71	
ITBI	305.167,89		272.791,61		354.414,66		376.744,69		336.774,53	
ISS	283.548,72		256.246,48		283.735,52		359.358,85		317.080,24	
TAXAS	166.340,18		174.827,57		245.606,57		289.371,31		257.837,17	
CONTRIB	0,00		0,00		0,00		0,00		0,00	
TOTAL	895.947,83		874.237,67		1.197.650,33		1.389.437,88		1.298.062,65	
<b>Análise vertical e Horizontal (%)</b>										
RECEITAS	2016		2017		2018		2019		2020	
	AV	AH	AV	AH	AV	AH	AV	AH	AV	AH
IPTU	15,73	100	19,49	20,92	26,21	122,79	26,19	158,33	29,77	174,23
ITBI	34,06	100	31,20	-10,61	29,59	16,14	27,11	23,45	25,94	10,36
ISS	31,65	100	29,31	-9,63	23,69	0,07	25,86	26,74	24,43	11,83
TAXAS	18,57	100	20,00	5,10	20,51	47,65	20,83	73,96	19,86	55,01
CONTRIB	0,00	100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Elaboração Própria. Fonte dos dados: SICONFI, 2021.

Entre 2016 e 2020 os indicadores do município de Ilícinea sofreu variações sucessivas e positivas em relação ao IPTU chegando a um aumento total de 174,23%, conforme dados presentes na Tabela 13. Em 2020 sua arrecadação com IPTU foi de R\$ 386.370,71, cerca de R\$ 22.407,68 a mais do que em 2019. Entre 2016 a 2019 o município vinha em um crescente aumento das arrecadações totais, porém, em 2020 suas arrecadações com ITBI, ISSQN e Taxas foram reduzidas, impactando diretamente na receita tributária total em R\$ 91.375,23 reais a menos em relação ao ano anterior.

Tabela 14 - Evolução das receitas, análise vertical e horizontal do município de Carmo da Cachoeira

RECEITAS	2016		2017		2018		2019		2020	
<b>Evolução das receitas(R\$)</b>										
IPTU	265.060,18		264.685,06		400.938,84		446.618,17		428.195,12	
ITBI	647.736,15		404.163,56		581.613,43		538.241,44		1.109.854,97	
ISS	1.260.197,64		1.610.332,02		1.464.273,08		1.710.864,36		1.275.698,28	
TAXAS	303.366,92		342.923,60		351.945,94		409.633,18		345.535,56	
CONTRIB	0,00		0,00		0,00		0,00		0,00	
TOTAL	2.476.360,89		2.622.104,24		2.798.771,29		3.105.357,15		3.159.283,93	
<b>Análise vertical e Horizontal (%)</b>										
	2016		2017		2018		2019		2020	
RECEITAS	AV	AH	AV	AH	AV	AH	AV	AH	AV	AH
IPTU	10,70	100	10,09	-0,14	12,79	51,26	14,38	68,50	13,55	61,55
ITBI	26,16	100	15,41	-37,60	18,55	-10,21	17,33	-16,90	35,13	71,34
ISS	50,89	100	61,41	27,78	56,42	16,19	55,09	35,76	40,38	1,23
TAXAS	12,25	100	13,08	13,04	12,24	16,01	13,19	35,03	10,94	13,90
CONTRIB	0,00	100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Elaboração Própria. Fonte dos dados: SICONFI, 2021.

Conforme dados presentes na Tabela 14, o município de Carmo da Cachoeira teve um aumento de R\$ 53.926,78 nas suas receitas tributárias totais em 2020 em comparação com 2019. Em 2020 este município teve uma queda de R\$ 435.166,08 na sua arrecadação do ISS de 2020, porém, este valor foi contrabalanceado com o aumento ocorrido com as arrecadações do ITBI no valor de R\$ 571.613,53, amenizando o impacto negativo nas receitas. O IPTU e as Taxas também sofreram diminuições de R\$ 18.423,05 e R\$ 64.097,62, respectivamente.

Tabela 15 - Evolução das receitas, análise vertical e horizontal do município de Campo do Meio

RECEITAS	2016		2017		2018		2019		2020	
<b>Evolução das receitas(R\$)</b>										
IPTU	189.357,10		209.283,86		403.725,78		335.338,99		275.096,06	
ITBI	143.798,15		317.827,29		162.732,83		159.927,93		477.036,45	
ISS	237.911,47		252.942,03		289.060,47		330.038,35		349.391,94	
TAXAS	378.389,43		340.343,69		525.031,92		539.406,50		748.650,46	
CONTRIB	0,00		0,00		0,00		0,00		0,00	
TOTAL	949.456,15		1.120.396,87		1.380.551,00		1.364.711,77		1.850.174,91	
<b>Análise vertical e Horizontal (%)</b>										
	2016		2017		2018		2019		2020	
RECEITAS	AV	AH	AV	AH	AV	AH	AV	AH	AV	AH
IPTU	11,54	100	18,68	10,52	29,24	113,21	24,57	77,09	14,87	45,28
ITBI	8,76	100	23,37	121,02	11,79	13,17	11,72	11,22	25,78	231,74
ISS	14,49	100	22,58	6,31	20,94	21,50	24,18	38,72	18,88	46,86
TAXAS	23,05	100	30,38	-10,05	38,03	38,75	39,53	42,55	40,46	97,85

CONTRIB	42,16	100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
---------	-------	-----	------	------	------	------	------	------	------	------

Fonte: Elaboração Própria. Fonte dos dados: SICONFI, 2021.

Em 2020 o município de Campo do Meio teve um aumento de R\$ 485.463,14 na sua receita tributária total ao compararmos com o ano de 2019, conforme dados presentes na Tabela 15. Embora tenha sofrido uma queda de arrecadação com IPTU no valor de R\$ 45.749,25 em 2020, a receita foi contrabalanceada, por aumentos significativos com ITBI e Taxas de R\$ 477.036,45 e R\$ 748.650,46, respectivamente. O crescimento com as arrecadações de ITBI e Taxas entre 2016 e 2020 foi de 231,74% e 97,85%.

Tabela 16 - Evolução das receitas, análise vertical e horizontal do município de Coqueiral

RECEITAS	2016		2017		2018		2019		2020	
<b>Evolução das receitas(R\$)</b>										
IPTU	233.124,22		382.003,87		453.921,01		471.689,77		425.708,32	
ITBI	225.240,06		184.601,39		258.651,73		411.798,30		266.230,03	
ISS	262.116,05		289.550,15		363.447,85		370.842,18		317.202,12	
TAXAS	170.882,90		510.861,17		503.436,82		489.120,13		452.566,12	
CONTRIB	0,00		0,00		0,00		0,00		0,00	
TOTAL	891.363,23		1.367.016,58		1.579.457,41		1.743.450,38		1.461.706,59	
<b>Análise vertical e Horizontal (%)</b>										
	2016		2017		2018		2019		2020	
RECEITAS	AV	AH	AV	AH	AV	AH	AV	AH	AV	AH
IPTU	26,15	100	27,94	63,86	28,74	94,71	27,05	102,33	29,12	82,61
ITBI	25,27	100	13,50	-18,04	16,38	14,83	23,62	82,83	18,21	18,20
ISS	29,41	100	21,18	10,47	23,01	38,66	21,27	41,48	21,70	21,02
TAXAS	19,17	100	37,37	198,95	31,87	194,61	28,05	186,23	30,96	164,84
CONTRIB	0,00	100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Elaboração Própria. Fonte dos dados: SICONFI, 2021.

O município de Coqueiral foi um dos que mais sofreram reduções em suas arrecadações tributárias próprias, visto que arrecadou em 2020 cerca de R\$ 281.743,79 a menos que no ano de 2019, sendo o ITBI e o ISS os mais impactados com a pandemia, com reduções de R\$ 145.568,27 e R\$ 53.640,06, respectivamente, conforme dados presentes na Tabela 16. Entre 2016 a 2019 o município teve variações positivas nas receitas tributárias totais, porém, em 2020 esta reduziu aproximadamente 16,16%.

Tabela 17 - Evolução das receitas, análise vertical e horizontal do município de Monsenhor Paulo

RECEITAS	2016		2017		2018		2019		2020	
<b>Evolução das receitas(R\$)</b>										
IPTU	448.704,73		474.673,68		768.076,10		696.746,22		712.389,32	
ITBI	191.513,07		248.277,88		333.462,30		313.727,32		354.253,26	
ISS	391.607,79		446.131,93		507.482,59		547.247,79		575.938,96	
TAXAS	192.032,36		278.208,62		321.444,18		442.804,94		418.393,88	
CONTRIB	0,00		0,00		0,00		0,00		0,00	
TOTAL	1.223.857,95		1.447.292,11		1.930.465,17		2.000.526,27		2.060.975,42	
<b>Análise vertical e Horizontal (%)</b>										
	2016		2017		2018		2019		2020	
RECEITAS	AV	AH	AV	AH	AV	AH	AV	AH	AV	AH
IPTU	36,66	100	32,80	5,79	39,79	71,18	34,83	55,28	34,57	58,77
ITBI	15,65	100	17,15	29,64	17,27	74,12	15,68	63,82	17,19	84,98
ISS	32,00	100	30,83	13,92	26,29	29,59	27,36	39,74	27,94	47,07
TAXAS	15,69	100	19,22	44,88	16,65	67,39	22,13	130,59	20,30	117,88
CONTRIB	0,00	100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Elaboração Própria. Fonte dos dados: SICONFI, 2021.

Entre 2016 e 2020 os tributos mais arrecadados pelo município de Monsenhor Paulo foram as Taxas e o ITBI, com crescimento percentual de 117,88% e 84,98%, respectivamente, conforme dados presentes na Tabela 17. Os impostos IPTU e ISSQN seguiram sendo os mais representativos nas arrecadações, somando-os corresponderam a 62,51% da receita obtida em 2020. O município de Monsenhor Paulo teve um aumento de arrecadação total de R\$ 60.449,15 a mais do que a do ano anterior, embora este crescimento seja menor comparado com os anos de 2016 a 2019. A partir da Tabela 17, podemos observar que a Taxa foi o único tributo que sofreu redução nas arrecadações, cerca de R\$ 24.411,06.

Tabela 18 - Evolução das receitas, análise vertical e horizontal do município de Santana da Vargem

RECEITAS	2016		2017		2018		2019		2020	
<b>Evolução das receitas(R\$)</b>										
IPTU	218.049,70		231.274,13		328.905,09		357.768,85		709.324,98	
ITBI	170.439,02		216.564,86		202.885,29		200.402,59		250.362,66	
ISS	439.130,52		391.557,74		445.400,04		453.130,95		442.846,15	
TAXAS	370.657,51		403.757,07		435.107,22		435.773,04		448.878,71	
CONTRIB	0,00		0,00		0,00		0,00		5156,10	
TOTAL	1.198.276,75		1.243.153,80		1.412.297,64		1.447.075,43		1.856.568,60	
<b>Análise vertical e Horizontal (%)</b>										
	2016		2017		2018		2019		2020	
RECEITAS	AV	AH	AV	AH	AV	AH	AV	AH	AV	AH
IPTU	18,20	100	18,60	6,06	23,29	50,84	24,72	64,08	38,21	225,30

ITBI	14,22	100	17,42	27,06	14,37	19,04	13,85	17,58	13,49	46,89
ISS	36,65	100	31,50	-10,83	31,54	1,43	31,31	3,19	23,85	0,85
TAXAS	30,93	100	32,48	8,93	30,81	17,39	30,11	17,57	24,18	21,10
CONTRIB	0,00	100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,28	0,00

Fonte: Elaboração Própria. Fonte dos dados: SICONFI, 2021.

O município de Santana da Vargem obteve aumentos significativos em suas receitas tributárias em 2020, tendo um aumento de R\$ 409.493,17 reais em relação a 2019, conforme dados presentes na Tabela 18. Este aumento foi devido ao crescimento de arrecadação de IPTU no valor de R\$ 351.556,13. No geral, com exceção do ISS, todos os outros tributos tiveram aumentos nas arrecadações.

Tabela 19 - Evolução das receitas, análise vertical e horizontal do município de São Tomé das Letras

RECEITAS	2016		2017		2018		2019		2020	
<b>Evolução das receitas(R\$)</b>										
IPTU	51.898,60		96.599,46		104.633,47		128.549,42		18.876,63	
ITBI	101.151,17		229.055,64		112.427,72		315.894,13		160.460,01	
ISS	215.410,93		209.769,77		243.465,22		303.305,32		245.374,85	
TAXAS	163.183,00		171.088,45		233.364,05		229.399,75		74.486,62	
CONTRIB	0,00		0,00		0,00		0,00		0,00	
TOTAL	531.643,70		706.513,32		693.890,46		977.148,62		499.198,11	
<b>Análise vertical e Horizontal (%)</b>										
RECEITAS	2016		2017		2018		2019		2020	
	AV	AH	AV	AH	AV	AH	AV	AH	AV	AH
IPTU	7,56	100	13,67	86,13	15,07	101,61	13,16	147,69	3,78	-63,63
ITBI	14,74	100	32,42	126,45	16,12	11,15	32,33	212,30	32,14	58,63
ISS	31,38	100	29,69	-2,62	35,41	13,02	31,04	40,80	49,15	13,91
TAXAS	23,77	100	24,22	4,84	33,46	43,01	23,48	40,58	14,92	-54,35
CONTRIB	22,55	100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Elaboração Própria. Fonte dos dados: SICONFI, 2021.

Conforme dados presentes na Tabela 19, o município de São Tomé das Letras foi sem dúvidas um dos, se não o mais afetado, dos municípios da microrregião de Varginha. O município sofreu quedas em todas as suas receitas tributárias no ano de 2020. Em comparação com 2019, São Tomé sofreu diminuições de R\$ 109.672,79 de IPTU, R\$ 155.434,12 de ITBI, R\$ 57.930,47 de ISSQN e R\$ 154.913,13 de Taxas de serviços e de Polícia do município. O total da sua receita tributária em 2020 encolheu cerca de R\$ 477.950,51 em relação ao ano de



2019. O município em 2020 obteve o pior desempenho de arrecadação de IPTU e Taxas de serviços e de polícia nos últimos 4 anos.

Tabela 20 - Evolução das receitas, análise vertical e horizontal do município de São Bento Abade

RECEITAS	2016		2017		2018		2019		2020	
<b>Evolução das receitas(R\$)</b>										
IPTU	19.645,39		151.655,00		205.000,62		198.211,19		198.709,94	
ITBI	16.324,61		37.349,58		24.858,73		39.945,32		45.214,47	
ISS	239.360,96		234.413,64		257.014,41		316.531,06		327.032,31	
TAXAS	36.695,92		30.297,94		39.777,76		44.555,95		34.429,94	
CONTRIB	0,00		0,00		0,00		0,00		0,00	
TOTAL	312.026,88		453.716,16		526.651,52		599.243,52		605.386,66	
<b>Análise vertical e Horizontal (%)</b>										
	2016		2017		2018		2019		2020	
RECEITAS	AV	AH	AV	AH	AV	AH	AV	AH	AV	AH
IPTU	6,30	100	33,43	671,96	38,93	943,50	33,08	908,95	32,82	911,48
ITBI	5,23	100	8,23	128,79	4,72	52,28	6,67	144,69	7,47	176,97
ISS	76,71	100	51,67	-2,07	48,80	7,38	52,82	32,24	54,02	36,63
TAXAS	11,76	100	6,68	-17,44	7,55	8,40	7,44	21,42	5,69	-6,18
CONTRIB	0,00	100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Elaboração Própria. Fonte dos dados: SICONFI, 2021.

O Município de São Bento Abade entre os anos de 2016 a 2020 obteve aumentos significativos com arrecadação de IPTU e ITBI, 911,48% e 176,97%, respectivamente, conforme dados presentes da Tabela 20. Suas receitas em 2020 aumentaram por volta de R\$ 6.143,14 em relação ao ano anterior. Suas maiores fontes de receitas tributárias próprias foram com ISSQN e IPTU, com 327.032,31 e 198.709,94, respectivamente.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa analisou os impactos da Covid-19 nas arrecadações de receitas tributárias próprias dos municípios da Microrregião de Varginha e a condição financeira destes municípios antes do início da pandemia. A análise realizada entre o período de 2016 a 2020 demonstrou que a pandemia não causou efeitos significativos nas arrecadações de receitas tributárias em 75% dos municípios pertencentes à microrregião de Varginha.

Os resultados mostraram que a maioria dos municípios possuíam uma condição financeira que o capacitava de honrar com todas as suas despesas e obrigações, não sendo

afetados significativamente pelos efeitos da pandemia da Covid-19, conforme demonstram os indicadores da condição financeira obtidos entre os anos de 2016 a 2020. O que se observa é que em sua grande maioria os municípios tiveram um aumento das receitas tributárias e renda per capita em 2020, se comparado com os anos anteriores, excetuando, apenas, os municípios de São Tomé das Letras, Coqueiral, Três Corações e Ilícinea que demonstraram terem sido os mais afetados pela pandemia na arrecadação de suas receitas tributárias. Diante dos números apresentados, houve um crescimento real da arrecadação própria na maioria absoluta dos municípios analisados.

Os índices da condição financeira evidenciaram que a maioria dos municípios analisados apresentaram aumento na arrecadação per capita, denotando o valor que pode ser convertido em benefícios e melhorias na qualidade de serviços prestados à população. Essa evidência corrobora Junior, Lima e Diniz (2021) quando concluem que quanto melhores forem os índices de condição financeira, menos vulneráveis aos efeitos da pandemia o município está e maiores as possibilidades de fornecer serviços de qualidade à população.

Ao relacionarmos a receita tributária com a receita total ficou evidente que mesmo os municípios apresentando evoluções positivas nos indicadores no ano de 2020, em grande maioria estes são muito dependentes de recursos provenientes do estado e do governo federal na complementação de suas receitas para cobrir suas despesas. Os números apresentados com as receitas tributárias sobre a receita total (RTrib/RT) demonstram que os municípios não possuem muita capacidade de geração de receitas próprias, embora, tenha sido evidenciado um aumento real das arrecadações tributárias próprias na maioria dos municípios da Microrregião de Varginha/MG em 2020.

Cabe destacar que esta pesquisa se limitou a analisar o impacto da Covid-19 nas receitas tributárias dos municípios da Microrregião de Varginha/MG. Assim, sugere-se que para futuras pesquisas, sejam analisadas também as receitas provenientes de transferências do estado e da União, ou mesmo as receitas patrimoniais e de contribuições, visando examinar os impactos e contribuindo nas tomadas de decisões e medidas a serem implementadas na manutenção ou recuperação da saúde financeira dos municípios.

## REFERÊNCIAS

- BORGES, M. Impactos da Covid-19 nas Receitas Tributárias e na Condição Financeira dos Estados do Sudeste do Brasil in: XX USP INTERNATIONAL CONFERENCE IN ACCOUNTING. **Anais...**São Paulo, 2020. Disponível em: <https://congressosp.fipecafi.org/anais/20UspInternational/ArtigosDownload/3010.pdf> Acesso em: 8 ago. 2021.
- BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) Acesso em: 08 ago. 2021.
- BRASIL. **Lei n. 5.172**, de 25 de outubro de 1996. Dispõe sobre o sistema tributário nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à união, estados e municípios. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/15172compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15172compilado.htm) Acesso em: 08 ago. 2021.
- BROWN, K. **Government Finance Review: The 10-Point Test of Financial Condition: Toward an Easy-to-Use Assessment Tool for Smaller Cities**, p. 21-26, 1993. Recuperado de: <https://localgovernment.extension.wisc.edu/files/2016/04/kenneth-brown-Ten-point-test.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2021.
- ASCOM MINASUL. Agronegócio café movimenta a economia de Varginha e região. **CCCMG**, 2021. Disponível em: [www.cccmg.com.br/agronegocio-cafe-movimenta-a-economia-de-varginha-mg-e-regiao](http://www.cccmg.com.br/agronegocio-cafe-movimenta-a-economia-de-varginha-mg-e-regiao) Acesso em: 10 mar. 2022.
- DOURADO, C. Covid-19: São Thomé das Letras prorroga decreto para flexibilizar comércio local. **Estado de Minas**, 2020. Disponível em: [https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2020/09/21/interna\\_gerais,1187368/covid-19-sao-tome-das-letras-prorroga-decreto-flexibilizar-comercio.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2020/09/21/interna_gerais,1187368/covid-19-sao-tome-das-letras-prorroga-decreto-flexibilizar-comercio.shtml) Acesso em: 29 de Março de 2022.
- FREITAS, D.; QUEIROZ, D. Influência da Condição Financeira Sobre os Gastos com Investimento nos Estados Brasileiros In: XIX USP INTERNATIONAL CONFERENCE IN ACCOUNTING. **Anais...**São Paulo, 2019. Disponível em: <https://congressosp.fipecafi.org/anais/19UspInternational/ArtigosDownload/1641.pdf> Acesso em: 9 ago.2021.
- GOMES.; LELES.; KRUGER.; VERAS, 2021. COVID-19 e o Impacto Econômico do Lockdown: Uma revisão sistemática In: 21º USP INTERNATIONAL CONFERENCE IN ACCOUNTING. **Anais...**São Paulo, 2021. Disponível em: <https://congressosp.fipecafi.org/anais/21UspInternational/ArtigosDownload/3423.pdf> Acesso em: 09 ago.2021.
- KOHAMA, H. **Contabilidade pública: teoria e prática**. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2016.
- LARSON, S.; MCDONALD, B. When the Beaches Close: Impact of COVID-19 upon County Fiscal Health in Florida. **SSRN**, 2020. Recuperado de: <https://ssrn.com/abstract=3594898> Acesso em: 08 ago. 2021.
- LIMA, S.; DINIZ, J. **Contabilidade e análise financeira governamental**. São Paulo: Atlas, 2016.
- LOUISE SILVA, G. VAREJO E COVID-19: Uma análise da Covid-19 e seus Impactos no varejo de Varginha. **UNIS**. Minas Gerais, 2020. Disponível em: <http://repositorio.unis.edu.br/bitstream/prefix/1425/1/Giovanna%20Louise.pdf> Acesso em: 10 out. 2021.
- JUNIOR, A.; LIMA F.; DINIZ J, 2021. O Impacto da Saúde Financeira no Índice de Vulnerabilidade dos Municípios Brasileiros à Covid-19 in: 21º USP INTERNATIONAL CONFERENCE IN ACCOUNTING. **Anais...**São Paulo, 2021. Disponível em: <https://congressosp.fipecafi.org/anais/21UspInternational/ArtigosDownload/3308.pdf> Acesso em: 8 ago. 2021.
- NOBRE, C.; DINIZ, J.; ARAÚJO, R. A Condição Financeira Governamental e sua Influência na Transparência da Gestão Pública Municipal In: XIX USP INTERNATIONAL CONFERENCE IN ACCOUNTING. **Anais...**São Paulo, 2019. Disponível em: <https://congressosp.fipecafi.org/anais/19UspInternational/ArtigosDownload/1405.pdf> Acesso em: 9 ago.2021.

PORTUGAL JÚNIOR, P. et al. Relação entre os casos de COVID-19 e indicadores econômicos: uma análise na microrregião de Varginha-MG. **Revista Thema**, [S. l.], v. 20, p. 215-238, 2021. DOI: 10.15536/thema.V20.Especial.2021.215-238.1806. Disponível em: <https://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/thema/article/view/1806>. Acesso em: 10 ago. 2021.

VARGINHA ONLINE. Cafeicultura movimentada a economia de Varginha e região. **Varginha Online**, 2021. Disponível em: <https://www.varginhaonline.com.br/188091/cafeicultura-movimentada-a-economia-de-varginha-e-regiao.html> Acesso em: 29 de Março de 2022.

SOUZA, G. et al. Medidas orçamentárias do Governo Brasileiro no Combate à Covid-19: um estudo ex-ante dos principais e possíveis impactos dos gastos públicos no panorama contábil e econômico do Governo In: XX USP INTERNATIONAL CONFERENCE IN ACCOUNTING. **Anais...**São Paulo, 2020. Disponível em: <https://congressosp.fipecafi.org/anais/20UspInternational/ArtigosDownload/2803.pdf> Acesso em: 9 ago.2021.

SANTOS, J. et al. Impacto da Covid-19 nas Práticas de Vendas Online e no Consumo em Bares e Restaurantes: Um Estudo Comparativo em Itajubá, Minas Gerais in: 9º CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO PARA O PLANEJAMENTO URBANO, REGIONAL, INTEGRADO E SUSTENTÁVEL. **Pluris**, 2021. Disponível em: <https://pluris2020.faac.unesp.br/Paper1434.pdf> Acesso em: 10 out. 2021.